

I. O DESENVOLVIMENTO URBANO – QUADRO CONCEPTUAL

A. URBANIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO

Segundo François Ascher (2001) as actuais sociedades ocidentais estão em mutação, tendo entrado numa fase de modernidade, que se reflecte em diferentes maneiras de pensar e agir, nos conhecimentos (métodos e práticas) científicos e tecnológicos, nas relações sociais, económicas, e até em diferentes atitudes comportamentais no sentido de defesa dos direitos de cidadania, apoiadas por novas formas emergentes de democracia. Estas “novas posturas” irão reflectir-se de uma forma incisiva na concepção, organização e gestão das cidades e dos espaços urbanos.

Sendo a cidade, de uma forma simplista, um agrupamento de população, esta necessita obrigatoriamente de meios de subsistência para ser mantida. Neste sentido, a existência de cidade pressupõe uma divisão técnica, social e espacial da produção, implicando uma diferenciação entre os que produzem os bens de subsistência (bens de primeira necessidade) e aqueles que produzem outro tipo de bens—manufacturados, simbólicos (numa época pré-industrial) e de protecção (bens secundários).

Ao longo da história do urbanismo foi notória a mudança da “forma” física e morfológica da cidade (cidade tradicional em oposição à cidade moderna), em função das diferentes sociedades que as criaram e dos contextos históricos, sociais, económicos e políticos que personalizaram e caracterizaram cada época. Dos factores militares e religiosos, subjacentes ao aparecimento das cidades antigas e feudais, passou-se a uma concepção e funcionamento das cidades numa sociedade moderna, suportada por diferentes conceitos funcionais, de estética, de acessibilidade/mobilidade e de novas tecnologias.

A expansão dos meios de transporte e tecnologia existentes (telefone, rádio, elevador, Internet), bem como o aperfeiçoamento das técnicas de construção em altura, vêm permitir, por um lado, uma maior mobilidade de pessoas, bens e informação, e por outro, uma maior capacidade de alojamento nas cidades, aumentando a atractividade destas por parte da população em geral e alterando, consequentemente, as suas dimensões.

Não obstante, os ritmos de crescimento e desenvolvimento impostos pelas sociedades nas suas cidades foram desiguais. Segundo François Ascher o processo de transformação da sociedade designado por modernização surgiu como resultante da interacção de três factores: **individualização, racionalização e diferenciação social**.

O grande reconhecimento da importância do factor "individual" – a representação do mundo de cada indivíduo - surge na década de sessenta, com o fervilhar de novas teorias relacionadas com os valores visuais e imagem do espaço urbano (Kevin Lynch, 1959), surgindo como sendo importantes e determinantes para proporcionar o bem estar intelectual e social da população. Esta valorização do pormenor urbano e da imagem da cidade contribuirá para o reconhecimento da identidade territorial e social dos espaços urbanos.

A "cidade é objecto da percepção dos seus habitantes..." (Kevin Lynch, 1959: pg 13) na medida em que cada indivíduo cria a sua própria imagem de cidade, estando este factor relacionado com a percepção cognitiva estabelecida com o espaço urbano que o rodeia.

A "racionalização" é entendida como o progressivo abandono do conhecimento empírico para dar lugar a um conhecimento experimental e comprovado cientificamente. Por último, a diferenciação social aparece como consequência de um processo de diversificação de funções atribuídas aos indivíduos no seio da mesma sociedade. As dinâmicas do mercado, responsáveis pela divisão social e técnica do trabalho, contribuem para o aparecimento de diferentes níveis de produção e funções, levando a uma certa categorização social e económica da população e, consequentemente, ao surgimento de uma sociedade cada vez mais multifacetada, complexa, desigual e estandardizada.

De salientar que estes três factores, ao estarem interligados, produzem sociedades cada vez mais diferenciadas, constituídas por indivíduos que, paradoxalmente, apresentam em simultâneo semelhanças e singularidades por vezes complexas. De notar que cada um destes factores, por si só, não é suficiente para determinar, ou melhor, influenciar o nível de modernização mas, pelo contrário, a articulação entre os três, pode favorecer, determinantemente, a modernização da sociedade.

Na perspectiva de François Ascher, a modernização é um processo contínuo para o qual é possível identificar três estádios de desenvolvimento, correspondentes a períodos marcantes da história do urbanismo, com concepções diferentes no território:

1ª Fase – Fim da Idade Média / Início da Revolução Industrial

Fase em que o pensamento religioso e o papel militar na sociedade são ultrapassados, para dar primazia à importância do poder político (Estado-Nação) e ao desenvolvimento da ciência, pilares de uma sociedade que progressivamente irá submeter a sua economia a um mercado capitalista manufactureiro.

As implicações destas alterações sociais, políticas e económicas na sociedade irão instigar novas concepções do espaço, induzindo o aparecimento de novas imagens na paisagem urbana.

Em termos urbanísticos, o conceito de cidade medieval definido por Henri Pirenne ¹ como sendo "uma comuna comercial e industrial que habitava dentro de um recinto fortificado, gozando de uma lei, de uma administração e de uma jurisprudência excepcionais que a tornavam uma personalidade colectiva privilegiada" alterou-se, surgindo novos conceitos subjacentes à racionalização da cidade e geometrismo na sua malha, características do período designado por Renascimento (séc. XV - séc. XVIII).

Este período veio trazer um quadro de mudança e "oposição" ao misticismo medieval, definindo um novo estilo nas artes e na arquitectura. Na verdade, estes novos conceitos urbanísticos não eram totalmente pioneiros, pois inspiravam-se fundamentalmente nos contributos do urbanismo grego e romano.

A concepção da cidade grega baseava-se na racionalização do espaço com a organização funcional direccionada para a concentração de edifícios e equipamentos de natureza cívica, comercial, cultural e religiosa em pontos fulcrais da cidade (Ágora), a partir dos quais se organizava a estrutura urbana. O urbanismo romano, carregado de simbolismo religioso e sagrado que se reflecte no seu traçado e na organização das suas cidades (Decamanus, Cardus e Fórum), vem reforçar a importância da racionalidade e geometria do traçado nas cidades, iniciada na época helénica.

Com o esplendor e os ideais do "Barroco" (1600 até cerca de 1765), a sociedade e suas cidades sofreram uma transformação maior, avassalando e asfixiando as estruturas políticas, sociais e urbanas que caracterizavam o mundo medieval, surgindo a ordem, as leis e a perspectiva como os novos ideais na concepção do espaço urbano (artístico e arquitectónico), político e social, e como marca do poder absoluto dos seus monarcas.

¹ Goitia, Fernando Chueca (1989) – *Breve História do Urbanismo*, Editorial Presença, 2ª edição, Lisboa, pg 25.

Independentemente dos diferentes contextos sociais, económicos e políticos vigentes nas sociedades ocidentais pós século XVIII, os princípios e contribuições do período Barroco, irão perdurar e reflectir-se na arte e no urbanismo até à actualidade, proporcionando momentos de contemplação estética e cenários urbanos inegaláveis.

2ª Fase – Revolução Industrial

Fase onde se registou uma grande mudança na evolução e natureza do crescimento urbano, subjacente a um conjunto de transformações socio-económicas criadas pela Revolução Industrial.

A aplicação da máquina a vapor no sector têxtil, cujo sucesso estrondoso se alastrou a outros sectores de produção e de actividade, viria mais tarde a criar condições para despoletar o surgimento de sociedades suportadas por modelos económicos de natureza capitalista. Para que o desenvolvimento industrial prosperasse e, com ele, os grandes centros fabris, foi necessário que este coincidissem com as dimensões cada vez maiores dos mercados económicos. O surgimento e a adaptação da máquina a vapor a outros tipos de indústria, aumentando, consequentemente, a mecanização do factor de produção, associado à divisão de trabalho, defendida por Adam Smith, e a um sector de transportes mais desenvolvido e eficaz, foram factores decisivos de produção em massa.

De reforçar que o desenvolvimento dos meios de transporte foi outro factor importante para que a industrialização prosperasse e, com ela, os grandes centros fabris. O transporte era o que permitia a expansão do mercado, necessário para uma produção em massa, permitindo o mais rápido acesso à matéria-prima, bem como o escoamento do produto final até ao consumidor.

Segundo Adam Smith o maior avanço e aperfeiçoamento da força produtiva, bem como a destreza, habilidade e acerto com que esta força deve ser dirigida ou aplicada, parece terem sido consequências da divisão do trabalho. Se, por um lado, a divisão do trabalho veio permitir um aumento quantitativo da produção, por outro, deu origem ao desenvolvimento e aperfeiçoamento das máquinas, introduzindo novos dispositivos e mecanismos que levaram ao aumento da produtividade.

A Revolução Industrial contribuiu para o rápido crescimento urbano das cidades, inicialmente em Inglaterra (Londres, Manchester, Liverpool, entre outras cidades industriais)

alastrando-se, depois, pelos continentes europeu e americano. A expansão das cidades e suas crescentes áreas de influência iniciaram uma mudança rápida que passou de lugares e padrões de vida rurais para predominantemente urbanos. A cidade, de uma forma generalista, acabou por se tornar o foco dos estímulos social, cultural e intelectual na sociedade urbana moderna.

Será que a este rápido crescimento urbano correspondeu e corresponde de forma unívoca a um processo de urbanização?

Considerando que o crescimento urbano é um processo espacial e demográfico, relacionado com a tendência crescente de concentração geográfica da população, e a urbanização um processo social, tendo como base as mudanças comportamentais e sociais estabelecidas na sociedade, pode-se considerar que existem, pelo menos, duas situações onde não se verifica uma relação entre estes dois tipos de processo:

- i. Nos países em vias de desenvolvimento a população rural que migra para as cidades mantém, de uma forma geral, os mesmos hábitos e comportamentos sociais de origem. Este forte enraizamento às origens contribui para a persistência de modos e estilos de vida rurais dentro da cidade, recusando deliberadamente a substituição destes por outros códigos sociais e comportamentais. Pode ser considerado como um processo de penetração de uma sociedade rural por parte de um sistema capitalista que induz a uma mobilidade geográfica sem mobilidade social. (Harold Carter, 1987).
- ii. Estratos de população de alguns países com uma economia desenvolvida, que vivem fora do perímetro urbano das cidades em áreas periurbanas e rurais, mantendo as ligações profissionais com recurso às novas tecnologias, são impenetráveis a novos comportamentos sociais e culturais. Subjacente a esta postura poderá estar uma necessidade intrínseca em querer manter o modo de vida urbano e os mesmos códigos de conduta.

Na cidade criada pela Revolução Industrial, a mobilidade de pessoas e a circulação de bens ocupa um lugar novo e de destaque. A primeira necessidade que as cidades sentiram, nesta fase tão marcante, foi a adaptação às novas exigências da produção, do consumo e às características do mercado. A adaptação a estas exigências contribuiu para uma diferenciação social visível na ocupação do espaço, que se fez sentir ao nível do sector dos transportes. Exemplificando, o elevador possibilita que os estratos sociais com maiores recursos económicos vivam nos andares mais altos e solarengos (Edward Relph, 1987); o

comboio e os transportes urbanos colectivos foram decisivos para a expansão de quarteirões residenciais, a preços mais baixos; o consumo em massa do automóvel privado, consequência do fordismo, provocou grandes alterações na paisagem urbana, levando ao surgimento de bairros de habitação social, casas individuais e grandes infra-estruturas viárias em periferias até aí monofuncionais e sem expressão.

A Revolução Industrial veio trazer um novo dinamismo e composição à paisagem urbana, contribuindo para a intensificação de fluxos de mão-de-obra e de mercadorias para os grandes centros urbanos. Como estes não estavam preparados para estas alterações súbitas, surgiram rapidamente problemas relacionados com carências habitacionais e de salubridade.

Como inferência destes processos, no Reino Unido é decretada a Reforma Sanitária ², considerada como sendo uma imposição ao cumprimento de uma série de medidas legislativas que estabeleciam os níveis básicos de abastecimentos sanitários e os padrões construtivos necessários ao sector habitacional. A Lei da Saúde Pública de 1875, vem introduzir uma série de códigos e normativas em relação às técnicas e formas de construção, aplicadas às ruas e aos edifícios sensibilizando, igualmente, para a necessidade de haver mais espaço externo às habitações, factores que na época eram considerados como sendo cruciais para a redução da taxa de mortalidade e do número de doenças e epidemias.

Segundo Edward Relph (1987), a reacção às consequências dos aspectos nefastos provocados pela Revolução Industrial contribuiu para a implementação de algumas medidas urbanísticas que iriam provocar uma verdadeira revolução urbana nas cidades, como são exemplo alguns regulamentos municipais que definem os padrões de construção, arranjos pitorescos da cidade e reorganização de algumas cidades expressos, exemplarmente, em Paris por Haussman e em Barcelona por Cerdà.

Relativamente à reorganização de Paris por Haussmann (1850-1860), é de referir que o planeamento imposto fez valorizar a parte central de Paris, dotando-a de grandes avenidas, *boulevards* e parques urbanos. Atribuindo à cidade um sistema de abastecimento de água e esgotos e traçando linhas rígidas para o desenho dos edifícios. De uma forma

² A bibliografia lida sobre esta matéria omite a data da Reforma Sanitária. Não obstante, pelos factos mencionados, julga-se que foi decretada entre 1848 (ano em que se registou em Londres uma grande epidemia de cólera) e 1875 (ano em que foi decretada a "Lei da Saúde Pública") (Clark, David; 1982; pg 231).

similar, é de referir a imposição por parte do município na execução do plano de Cerdà para Barcelona (1859), equacionando o crescimento e expansão da cidade, moldando a imagem da cidade que ainda hoje perdura. Este plano, assente num desenho urbano ortogonal, cujas quadriculas correspondem a quarteirões que se organizam como centro cívicos, contendo habitação, equipamentos de proximidade (escola, igreja) e espaços públicos, acabaria por ser uma antecipação do conceito de "Unidade de Vizinhança". A concepção de cidade para Cerdà, moderna para a época, reflecte uma preocupação subjacente não apenas aos aspectos físicos e espaciais da cidade, como igualmente aos aspectos funcionais, sociais, económicos e ambientais.

O conceito mais clássico de Unidade de Vizinhança transmite a ideia de que esta se trata de uma área residencial que dispõe de relativa autonomia em relação às necessidades quotidianas de consumo de bens e serviços urbanos. A este conceito encontram-se subjacentes duas preocupações básicas: por um lado, a existência de equipamentos colectivos de proximidade (escola, mercado de abastecimento diário), equipamentos desportivos e de lazer, saúde, segurança social, cultura e encontro e, por outro, a necessidade de recuperação de valores de uma vida social a nível local, designados sociologicamente por relações de vizinhança.

"A ideia de Unidade de Vizinhança é de extrema singeleza: constatando que as relações sociais entre vizinhos, que existiam nos antigos bairros, tendem a desaparecer nas novas urbanizações e grandes metrópoles, pretende-se recriá-las através da planificação urbana." (José Lamas, 1992: pg 317).

"Aos autores que teorizaram os conceitos de Unidade de Vizinhança, interessavam mais as questões sociais e a organização funcional da cidade (dimensão quantitativa e extensão da unidade habitacional, o posicionamento e distribuição dos equipamentos e percursos), secundarizando as referências dos traçados aos espaços e à forma urbana" (Lamas, 1992: pg 318).

A criação de algumas cidades industriais em finais do séc. XIX, com casas individualizadas e edifícios habitacionais, localizados em ruas ladeadas por árvores, possuindo serviços comunitários (escola, biblioteca e parques) e criação de grandes espaços ajardinados, como forma de proporcionar uma vida aprazível e estável aos operários fabris, é um outro exemplo de revolução urbana que iria dar, mais tarde (séc. XX),

origem a dois movimentos de urbanismo designados por Cidade-Jardim e Cidade-Bela (sendo o Plano de Chicago o expoente máximo deste conceito urbanístico).

O conceito de Cidade-Jardim desenvolve-se no Reino Unido em finais do séc. XIX, indo ao encontro de novas soluções urbanísticas para fazer face ao crescimento desmesurável das cidades. Este novo conceito de cidade correspondia, segundo Howard, a um novo modelo territorial caracterizado por uma baixa densidade de construção e pela valorização dos espaços verdes, que influenciou o urbanismo de diversos países com maior incidência no período compreendido entre as duas Grandes Guerras.

As vastas experiências de cidades-jardim concretizadas contribuíram para a evolução deste tipo de urbanismo, expressando Clarence Stein em Radburn³, (cidade da Nova Jérсия), uma atitude inovadora e diferente deste modelo, na medida em propõe para a cidade uma separação entre a circulação de automóveis e de peões e a redução do espaço do logradouro privado em detrimento de um espaço livre colectivo. Segundo Lamas (1992), o esquema inovador e diferente de Stein permitia compatibilizar alguns factores, até então considerados de difícil articulação, como a utilização do automóvel, o acesso directo deste à habitação e a preocupação em mantê-lo oculto ou fora do ângulo de visão dos residentes, facilitando, ainda, o isolamento das habitações e potenciando a utilização colectiva dos espaços livres e das instalações desportivas existentes. Estes novos contributos urbanísticos são considerados por este autor como sendo "momentos de ruptura" (Lamas, 1992: pg 316) com a cidade tradicional, representando uma nova perspectiva para a cidade moderna.

Por último, é de referir que a consciencialização do papel do Estado Providência na estruturação das cidades e na responsabilidade pela criação de serviços públicos, necessários para fazer face às insuficiências, incoerências e disfunções da lógica dos privados e dos mercados, em particular os do domínio imobiliário, começou a ganhar forma a partir da Revolução Industrial, surgindo como resposta aos evidentes problemas decorrentes da crescente concentração de população nas cidades.

Ao Estado é atribuída, igualmente, a preocupação com o bem estar socio-cultural e físico da população, assegurando-lhe a implantação de equipamentos de uso colectivo vocacionados para as áreas da saúde, ensino, desporto, cultura e recreação, cujas localizações no espaço urbano foram variadíssimas vezes testadas, fundamentalmente nos

³ Segundo Edward Relf (1987) esta cidade foi criada para fazer face ao número de automobilistas e ao considerável número de acidentes ocorridos com peões, registados nos anos vinte.

países desenvolvidos, com a deliberação de facilitar e dar significado ao quotidiano das populações, permitindo-lhes que se realizem e reconheçam como comunidade.

3ª Fase – Revolução Urbana Moderna

Fase que abrange todo o séc. XX e a passagem para o séc. XXI, caracterizada pela existência de sociedades cada vez mais racionais, individualistas e heterogéneas, onde cada indivíduo é confrontado com um número de situações e circunstâncias diferentes em constante mutação. Esta complexidade de situações faz emergir a necessidade de novos conhecimentos científicos e tecnológicos, com o propósito de responder e equacionar a emergência de novos paradigmas.

O desenvolvimento da tecnologia e da ciência veio trazer às sociedades uma diferenciação que marcou fortemente todas as esferas da vida social. A divisão do trabalho acentuou o cariz de especialização profissional dos indivíduos. A outra escala de análise, a globalização não veio permitir apenas a movimentação de pessoas, capitais e mercados mas, acima de tudo, uma maior diversidade nos modos de produção acentuando, de certa forma, as diferenciações sociais, culturais e económicas entre os indivíduos e intensificando, igualmente, as diferenciações territoriais.

A diversificação social transforma também as estruturas familiares e a sua dinâmica. Neste contexto, veja-se a categorização de estruturas familiares regulamentada, que contempla uma multiplicidade de situações que revelam a existência de uma rede mais complexa de relações de parentesco entre os indivíduos.

A produção repetitiva em massa, bem como a tecnologia e os modos de organização implementados provocaram, nefastamente, nos anos sessenta, uma saturação da produção e dos mercados que, associada aos novos desafios impostos e defendidos pelo processo de globalização, veio pôr fim ao estigma de futuro previsível e planificado. Ou seja, a economia de mercado, incerta e instável, passaria a ditar as regras do jogo. Uma das características principais desta nova economia é que uma grande parte das actividades económicas e dos valores que produzem dependem do capital cognitivo incorporado pelos indivíduos e pela própria organização. Subentendendo-se por capital cognitivo a *performance* que cada actor, de uma forma individual ou colectiva, representa numa sociedade global, cada vez mais exigente, selectiva, móvel e instável.

A estabilidade e confiança nas instituições e no Estado Providência, outrora conquistadas são, de certa forma, abaladas nesta sociedade emergente. A fraca

sustentabilidade da segurança social, impossibilitando assegurar o rendimento pleno das gerações futuras: a precaridade e volatilidade dos novos contratos de trabalho e a desresponsabilização do Estado na prestação de determinados serviços à sociedade civil, concessionando-os a outras entidades de natureza público-privada, são alguns dos aspectos mais marcantes do contexto da globalização mais recente.

Paradoxalmente, o desenvolvimento da ciência e da tecnologia poderá ser encarado como um factor de risco. Segundo François Ascher, o risco surge como um conceito moderno que representa um perigo eventual, mais ou menos previsível e mensurável. O desenvolvimento dos meios de transporte e de comunicações permitiu a difusão do conhecimento. A elevação do nível de educação de grande parte da população, veio tornar mais objectivas e científicas as explicações dadas às suas dificuldades, crenças, e inseguranças. Grande parte das actividades, comportamentos e compromissos assumidos pela sociedade moderna têm implícito um certo risco, apesar de cada indivíduo não actuar sempre com consciência deste facto. Não obstante, apesar de não pudermos evitar os perigos, podemos decidir se o aceitamos e/ou se estamos dispostos a pagar o respectivo "preço".

A amplitude das características económicas, sociais, culturais e territoriais, suscitadas pela emergência de uma sociedade complexa alimentada pelo capital cognitivo, confirma a tese de que as sociedades ocidentais entraram numa nova fase do processo de modernização. Inevitavelmente, esta nova fase irá reflectir-se na paisagem e imagem das cidades.

A esta nova fase, François Ascher designou por Revolução Urbana Moderna, atribuindo-lhe cinco características específicas:

- i. **Metapolização** – considera como sendo um duplo processo de metropolização. De uma forma genérica, resulta da concentração humana e material nas aglomerações mais importantes, onde se localiza um maior número e diversidade de oferta de emprego, da disponibilidade de comércio, serviços e equipamentos públicos de nível mais alto, e a existência de boas acessibilidades e ligações a outras cidades dentro e fora do país.

O desenvolvimento da tecnologia ligada ao sector dos transportes e comunicações veio permitir o aparecimento no território de várias aglomerações urbanas,

caracterizadas por serem descontínuas, heterogéneas e polinucleares. O conjunto destas formas urbanas designam-se por "metrópoles" ou conurbações⁴.

- ii. **Transformação dos sistemas de mobilidade urbana** – os novos sistemas de telecomunicações (telemóvel, satélite, Internet, entre outros) contribuem para transformar o sistema de mobilidade urbana. Neste sentido, os conceitos de localização e de distância passam a ser cada vez mais relativos, na medida em que os novos meios de comunicação permitem ter acesso a qualquer bem e/ou serviço, independentemente de este estar próximo ou longe da pessoa que o solicita.

- iii. **Recomposição social das cidades** – a banalização dos meios de transporte e dos objectos de comunicação portáteis vieram permitir, de uma forma geral, uma maior autonomia por parte da população das cidades possibilitando-lhe, deste modo, a adopção de novos modelos de trabalho - flexibilização do horário, trabalho à distância e videoconferência. Neste contexto, a sociedade actual reorganiza-se com base numa multiplicidade de situações individuais.

Esta crescente individualidade da vida urbana, suportada por uma maior diversidade de formas e horários de trabalho e de estatutos sociais, exigirá uma redefinição da concepção e funcionamento dos equipamentos e serviços públicos existentes, tendo presentes as exigências e necessidades desta "nova" sociedade.

- iv. **Redefinição das relações entre os interesses individuais e colectivos** – Face à existência de uma sociedade cada vez mais complexa e diversificada, é necessário equacionar qual o sistema político que melhor se adequa à realidade existente.

Um sistema democrático que permita a participação de toda a sociedade civil e equacione de uma forma sensata e convergente a diferença entre os interesses individuais e colectivos, com o propósito de legitimar, eficazmente, as decisões públicas, será o desejável para este tipo de sociedade emergente.

- v. **Novas respostas ao factor risco** – O risco aplicável ao conceito de modernidade, encontra-se sempre presente em quase todas as actividades da sociedade moderna.

Segundo François Ascher, o paradoxo da modernidade é que o desenvolvimento do conhecimento e da tecnologia acelerou e deu a conhecer informação suficiente sobre o risco, sendo este causado por esse mesmo desenvolvimento. Não obstante, a procura incessante de novas formas de contornar o risco resulta numa

⁴ Termo aplicado para as grandes metrópoles, constituídas por várias cidades com uma dimensão populacional considerável. Designação vulgarmente aplicada à realidade urbanística dos Estados Unidos da América.

forma de transmitir segurança e confiança a todos os níveis (social, económica, familiar) e de redução do grau de incerteza, seja em situações individuais ou colectivas.

Estes novos paradigmas da sociedade moderna provocam mudanças profundas nos modos de concepção, de realização e de gestão das cidades. O desenvolvimento de novas ciências e tecnologias, a aposta numa economia cognitiva que tenha presente a *performance* individual, o aparecimento de uma sociedade cada vez mais fragmentada, individualizada e insegura, contribuíram, pouco a pouco, para o nascimento de um "Novo Urbanismo".

De uma forma simples, o Novo Urbanismo irá equacionar quais as medidas a implementar, tendo em vista solucionar e/ou minimizar os problemas decorrentes da modernização da sociedade. Deste modo, procura definir uma estratégia urbana que permita reduzir as incertezas de uma sociedade democrática marcada pelo acelerar da economia, tentando contemplar, igualmente, os interesses privados e os colectivos e estabelecendo prazos diferentes de acordos com as estratégias, inicialmente definidas. Para François Ascher o Novo Urbanismo revela-se como sendo estratégico e pragmático. A expressão da concepção estratégica de desenvolvimento, baseada em diagnósticos que indiciam quais as potencialidades e fragilidades da sociedade, é materializada em projecto. Ou seja, de uma forma sistemática e organizada, esta corrente urbanística efectua, inicialmente, o diagnóstico da situação, identifica as necessidades, cria cenários possíveis, estabelece a programação, define o projecto e, por fim, acompanha e avalia a sua realização e gestão.

O Novo Urbanismo privilegia os objectivos e a maneira de os concretizar, incentivando as entidades públicas e privadas a encontrar as melhores formas para a sua concretização. Procura dotar e qualificar o território de boas condições ambientais, acessibilidades, equipamentos colectivos e serviços públicos garantindo, deste modo, a satisfação das necessidades básicas e a equidade de acesso da população. Incorpora nos novos modos de produção e de gestão do território, as novas tecnologias de informação e de comunicações, como forma de simplificar e resolver situações complexas. Introduce novas dinâmicas no território, diversificando funcionalmente as diferentes zonas urbanas, criando multacentralidades, apoiadas por uma rede de transportes eficaz que assegura as ligações aos sistemas urbanos metropolitanos.

Segundo Vicente Del Rio, restabelece a importância da estrutura urbana, e recupera alguns princípios tradicionais na maneira de projectar novas cidades ou de recuperar as já existentes - mistura de tipos de uso, prioridade dada ao pedestre, construção e embelezamento do espaço público e promoção da integração social. Reintroduzem-se os quarteirões menores como alternativa aos super-quarteirões e defende-se a presença de edifícios com menor volumetria. Coloca os edifícios perto da calçada, permitindo a utilização dos pisos térreos com lojas, restaurantes e bares, incentivando o percurso pedonal. O Novo Urbanismo especifica que a estrutura dos bairros é um elemento essencial no projecto urbano e controla a escala humana. Define o tamanho da unidade de bairro (40-160 ha), proporciona diversas formas de transporte, ligadas à mistura de usos do solo, define um "novo" critério de espaço público, introduz regulamentação urbana e, por fim, hierarquiza a estrutura viária (FIGs A1 e A2).

A vantagem do Novo Urbanismo, segundo Zeljka Howard, é a promoção dos padrões de desenvolvimento urbano com formas urbanas que interrelacionam as áreas rurais com a cidade, permitindo, igualmente, uma melhor integração das tradições de construção regional e local. Segundo esta autora, o Novo Urbanismo não oferece todas as soluções para os problemas urbanísticos sentidos nos subúrbios americanos, não contemplando, nos seus pressupostos, programas de desenvolvimento económico e criação de serviços de apoio social e de saúde necessários à população residente. Oferece, simplesmente, soluções urbanísticas de desenvolvimento, contextualizadas em políticas de planeamento, princípios de desenho e estratégias de implementação.

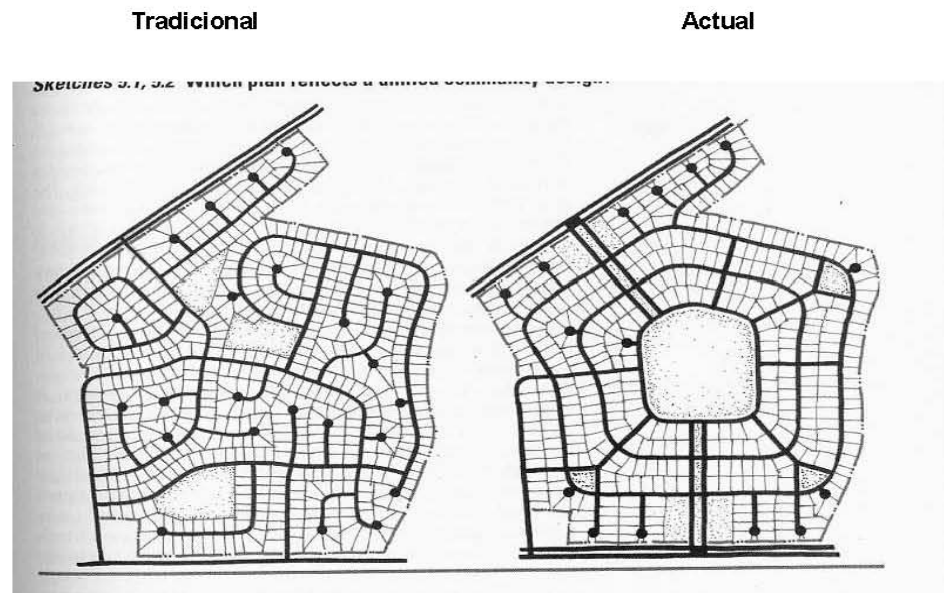
Esta corrente urbanística procura adaptar as cidades à diversidade das necessidades. Neste sentido, os serviços e equipamentos de natureza pública devem contemplar a noção do interesse individual e apoiar-se, para o efeito, nas novas tecnologias de transporte e comunicações. Através destas, será possível o acesso a outras possibilidades de escolha individual, adaptado a uma grande variedade de situações. No fundo, este tipo de urbanismo esforça-se por resolver cada situação específica.

FIG A1 - Diferenças Conceptuais entre o Urbanismo Tradicional e o Novo Urbanismo



Fonte : Del Rio, Vicente, Abril 2005.

FIG A2 – Diferenças Conceptuais entre o Urbanismo Tradicional e o Urbanismo Actual



Fonte : Del Rio, Vicente, Abril 2005.

O respeito pelas diferenças urbanísticas e arquitectónicas das cidades é assumido por esta corrente, permitindo a coabitação de formas antigas, de cariz patrimonial, com estilos vernáculos e modernos, sobre um desenho urbano atraente e funcional. O Novo Urbanismo mostra que é possível utilizar as dinâmicas de mercado para conservar e/ou valorizar as referências simbólicas das cidades, enaltecendo a imagem e a legibilidade ⁵ da paisagem urbana, bem como, salvaguardando a sua identidade. Estes aspectos mencionados contribuem para o aparecimento de cidades com características muito diferentes, do ponto de vista formal, estético e funcional, devendo o planeamento articular estas diferenças territoriais de forma a conseguir-se uma adequada coesão social e espacial, à escala metropolitana.

Por último, é de salientar que as concepções teóricas e metodológicas do Novo Urbanismo são passíveis de concretização em ambiente onde impere um sistema democrático que envolva e dinamize a população, no sentido de permitir que esta partilhe o processo de decisão e que seja flexível e aberta à negociação, gerando consensos totais ou parciais na governança urbana. Subentende-se por governança urbana o conjunto de mecanismos e formas de actuação que permitam interagir com os agentes económicos e representantes da sociedade civil, no sentido de tornar exequível a elaboração e concretização das políticas e decisões públicas.

Em síntese, a ideia de modernização traduziu-se essencialmente pelos seguintes factores:

- i. O rápido crescimento e desenvolvimento urbano das cidades contribuiu para que estas passem a ser o foco dos estímulos sociais, culturais e intelectuais da sociedade moderna.
- ii. O desenvolvimento científico e tecnológico reflecte-se fundamentalmente no sector dos transportes e comunicações. A possibilidade de uma maior mobilidade urbana, efectiva ou virtual, como consequência deste desenvolvimento, vem permitir a existência de novos modelos de trabalho (flexibilização do trabalho, trabalho à distância e videoconferência) e uma maior diversidade de formas e horários de trabalho.

⁵ Designação da autoria de Kevin Lynch. Entendendo-se como sendo a clareza e facilidade com que os elementos existentes são percebidos e compreendidos pela população em geral. Surgindo este factor como sendo importante para consolidar a confiança e segurança emocional dos indivíduos.

- iii. A mecanização dos factores de produção associada à divisão de trabalho são factores decisivos para uma produção em massa.
A divisão de trabalho vem acentuar o cariz de especialização profissional, diversificando a natureza de funções atribuídas aos indivíduos no seio da sociedade. Este cenário vem alterar as dinâmicas sociais, económicas e familiares, contribuindo para o surgimento de sociedades cada vez mais individualizadas e heterogéneas.
- iv. No reconhecimento do valor individual, partindo do pressuposto de que grande parte das actividades económicas e dos valores que são produzidos dependem do capital cognitivo incorporado pelo indivíduo e pela organização onde este se insere (economia cognitiva). Esta situação aponta para uma sociedade cada vez mais fragmentada e insegura, onde o risco e a incerteza são constantes.
- v. A diminuição do nível de confiança nas instituições e no Estado Providência, em particular, facto que advém da fraca sustentabilidade do sistema de segurança social, da precaridade e volatilidade dos novos contratos de trabalho, bem como, da crescente desresponsabilização do Estado relativamente à prestação de determinados serviços à sociedade civil.
- vi. As alterações sociais, políticas e económicas na sociedade incitam o surgimento de novas concepções do espaço urbano (artístico e arquitectónico) e o aparecimento de novas imagens na paisagem urbana.
- vii. A cidadania participada revela-se como parte do sistema democrático, permitindo o envolvimento de toda a comunidade no processo de decisão.
- viii. O "Novo Urbanismo" surge como uma estratégia de desenvolvimento urbano que permite reduzir as incertezas de uma sociedade marcada pelo acelerar da economia. Procura dotar e qualificar o território de boas condições ambientais, dignificar e humanizar a paisagem, tornar mais eficaz as acessibilidades, possibilitar a equidade de acesso aos equipamentos colectivos e serviços de proximidade, de forma a poder ir ao encontro do aumento de exigências e aspirações da comunidade.

B. URBANIZAÇÃO E GLOBALIZAÇÃO

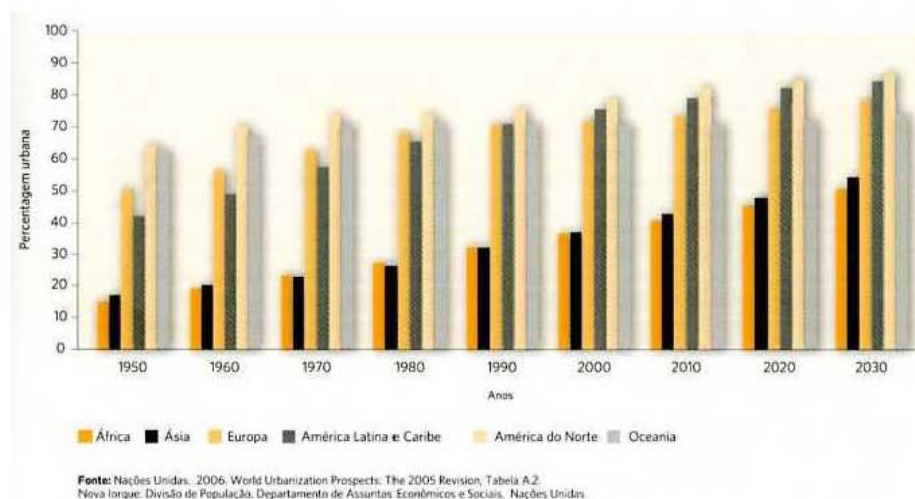
A urbanização é um fenómeno cada vez mais globalizado que ocorre à escala planetária, com ritmos e percursos desiguais, mas que conduzem a semelhantes realidades complexas. Os processos de urbanização não se processam de forma equilibrada em todos os territórios tendendo, pelo contrário, a concentrar-se em determinados pontos, em detrimento de outros, contribuindo para o desequilíbrio na distribuição geográfica da população.

Segundo o último relatório efectuado pela UNFPA (2007), em 2008 mais de metade da população mundial (3,3 mil milhões habitantes) viverá em áreas urbanas, perspectivando-se que em 2030 chegue a 4,5 mil milhões de habitantes. Em oposição, esta entidade estima uma diminuição para a população rural de aproximadamente 28 milhões, entre 2005 e 2030.

Este crescimento da população urbana mundial para as próximas décadas revela-se muito mais rápido e sem precedentes quando comparado com o registado ao longo do séc. XX (220 milhões em 1990 para 2800 milhões em 2000)⁶, na altura considerado significativo. Este crescimento será bastante acentuado, fundamentalmente, nos países em desenvolvimento, com maior incidência nos continentes africano e asiático, pelo facto de apresentarem grandes quantitativos populacionais e modelos socio-económicos que tendem a procurar a concentração nas cidades. A América Latina e Caraíbas, é uma região que apresentou a partir da década de 70 um crescimento rápido e acentuado nos valores de população urbana e que continuará a ter uma posição de destaque até 2030, embora a uma velocidade mais lenta (cf. FIG B1).

⁶ Fonte: Nações Unidas, 2006 – *World Urbanization Prospect: The 2005 Revision*.

FIG B1 – Percentagem de População Residente em Áreas Urbanas, por Região, 1950 - 2030



Fonte: UNFPA (2007) , Relatório "Situação da População Mundial, 2007" ; pag. 11.

Entre 2000 e 2030, a população urbana na Ásia aumentará de 1,36 para 2,64 mil milhões; na África, de 294 milhões para 742 milhões e na América Latina de 394 para 609 milhões. Como consequência destes crescimentos acentuados, os países em vias de desenvolvimento terão, aproximadamente, 80% da população urbana do mundo em 2030 (conforme dados apresentados no relatório supra citado).

Segundo este estudo, o grande aumento de população urbana em países em vias de desenvolvimento é consequência de transições demográficas, económicas e urbanas, processadas de uma forma mais intensa e rápida, quando comparadas com as ocorridas na Europa e na América do Norte entre 1750 e 1950. O impacto da industrialização na transição urbana⁷, desencadeando o processo de urbanização, instigou o surgimento das novas sociedades industriais urbanas que progressivamente foram atraindo cada vez mais indivíduos. Ao longo destes dois séculos, registou-se nestes dois continentes, um aumento de 10% para 52% de taxa de urbanização equivalente, em termos absolutos, à passagem de 15 milhões para 423 milhões de habitantes urbanos.

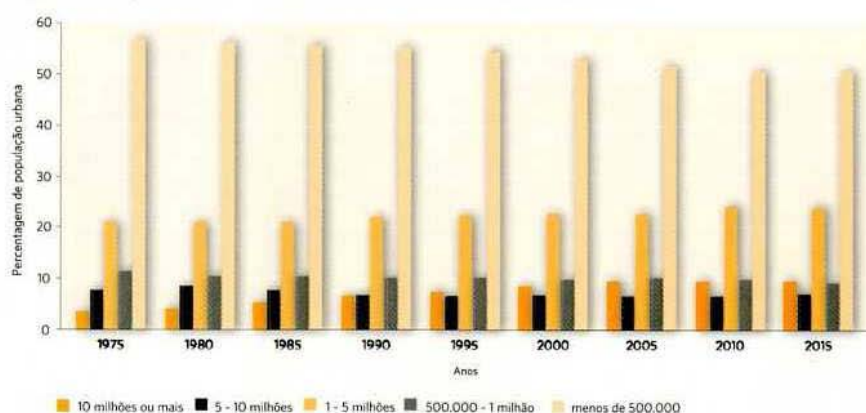
⁷ Entendendo-se como a passagem de uma sociedade predominantemente rural para uma sociedade urbana.

No último meio século, as regiões menos desenvolvidas iniciaram este processo de transição urbana. Contudo, o desenvolvimento da ciência médica e a melhoria significativa da saúde pública (possibilitando reduzir a mortalidade precoce, controlar a fecundidade e aumentar a longevidade) permitiu que o crescimento populacional, a velocidade e a escala de urbanização fosse muito maior do que a verificada no passado. Estes factos contribuíram para que, em pouco tempo, os países em vias de desenvolvimento ultrapassassem os já desenvolvidos, em termos do número de habitantes a viver nas cidades. *"Apesar de níveis muito baixos de urbanização, os países em desenvolvimento hoje têm 2,6 vezes mais habitantes urbanos do que as regiões desenvolvidas (2,3 contra 0,9 mil milhões). Esta lacuna aumentará rapidamente nas próximas décadas."* (UNFPA, 2007: pg 7).

Relativamente ao crescimento da população urbana nos países desenvolvidos, o ritmo de crescimento das cidades abrandará, facto que se deve, em grande parte, à dinâmica e estrutura demográfica da sua população (taxa de fecundidade baixa e envelhecimento da população), bem como, ao aparecimento de outro fenómeno urbano, designado por contra-urbanização ou urbanização difusa, que contribui para uma mudança nos padrões de distribuição da sua população resultante, em parte, de novas atractividades dos espaços rurais e do fortíssimo incremento das acessibilidades.

Um outro indicador importante a reter da leitura deste estudo é a importância relativa das megacidades (com mais de 10 milhões de habitantes) face à crescente procura de cidades de dimensão menor (com aproximadamente 500 mil habitantes). Conforme leitura da FIG B2 as cidades de maior dimensão aumentam lentamente (contrariamente ao previsto no passado) e as cidades de menor dimensão revelam uma contínua absorção do decréscimo da população rural. Se, por um lado, este facto contribui para uma melhor distribuição territorial da população e uma maior atracção do investimento económico, por outro, em muitos casos, estas cidades não possuem infraestruturas, equipamentos e serviços suficientes para fazer face a um crescimento populacional inesperado e que irá acentuar, ainda mais, os problemas já existentes.

FIG B2 – População Urbana Mundial , por Classe de Tamanho da Localidade, 1975-2015



Fonte: Nações Unidas. 2006: World Urbanization Prospects: The 2005 Revision, Tabela A.17.
Nova Iorque: Divisão de População, Departamento de Assuntos Económicos e Sociais, Nações Unidas

Fonte: UNFPA (2007) , Relatório " Situação da População Mundial, 2007" ; pag. 10.

As cidades continuam a ser o “ motor principal” do crescimento económico da maioria dos países e responsáveis por grande parte da sua produção económica. Se, por um lado, a proximidade e a concentração dos indivíduos garantem às cidades uma vantagem na produção e distribuição de bens e serviços, por outro, apresentam a possibilidade de melhorar a vida dos indivíduos, a custos mais baixos do que nas áreas rurais. As vantagens da vida urbana são cada vez mais do conhecimento geral da população, o que explica a sua contínua mobilidade para as cidades.

Com a globalização, o crescimento inevitável das cidades e dos seus arredores peri-urbanos torna imperiosa a definição de uma estratégia de longo prazo que equacione a mudança prevista na distribuição espacial da população e que integre as questões sociais, económicas e ambientais, necessárias para a sua sustentabilidade.

Segundo Francisco Entrena (2003), a globalização da economia, ao estar directamente implicada no processo de urbanização, trouxe vantagens e problemas aos sistemas urbanos existentes, apesar da situação ser muito diferente e variar de acordo com os níveis de desenvolvimento registados em cada um deles:

Conceito de Sustentabilidade

A primeira abordagem sobre sustentabilidade surge na Conferência de Estocolmo, sobre "Ambiente Urbano, realizada em 1972.

No "Relatório Brundtland" (1987), elaborado sob égide das Nações Unidas, o tema é, novamente, objecto de reflexão, defendendo que este deve basear-se em três princípios fundamentais: i) a solidariedade inter-geracional; ii) a exploração racional dos recursos naturais; iii) o respeito pela capacidade de regeneração do ambiente. Apresentando o conceito como sendo aquele que *"satisfaz as necessidades presentes sem comprometer a capacidade de as gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades."*

Numa primeira fase o conceito assenta nas vertentes ambiental e de desenvolvimento económico. Numa segunda fase, a vertente social assume importância (defendida na Conferência de Copenhaga, 1995). Actualmente, é anexada a componente institucional, sem a qual, dificilmente, é possível implementar e desenvolver medidas e acções que permitam atingir os fins e os objectivos de um desenvolvimento equilibrado e integrado.

Os contributos da Cimeira do Rio de Janeiro (1992), da "Carta de Aalborg (1994) e da Declaração de Hanóver (2000) foram importantes para o processo de planeamento territorial, que passou a actuar em conformidade com os princípios de coesão/ equidade social e territorial e protecção/valorização dos valores ambientais.

- i. A liberalização do comércio e dos mercados financeiros e laborais beneficia a população, na medida em que oferece, por um lado, uma maior diversidade de emprego e, por outro, possibilita a aquisição de produtos e bens a preços mais competitivos. Não obstante, esta situação também pode gerar, perversamente, a exclusão dos que não conseguem aceder ao mercado.
- ii. A maior mobilidade do capital e do conhecimento provocam uma maior descentralização das actividades e deixam, consequentemente, para os centros da cidade as actividades menos especializadas e atractivas.
- iii. As cidades enfrentam o desafio de melhorar a sua eficiência como plataforma de suporte a actividades produtivas competitivas internacionalmente. Neste sentido, aumenta a competição entre as cidades, prevalecendo a vantagem das cidades empreendedoras e dinâmicas, face à impotência de outras.
- iv. O maior investimento nos serviços de comunicação, de utilidade pública e infra-estruturas de transportes, permite melhorar a acessibilidade da população que vive, trabalha e visita as cidades.
- v. A gestão do desenvolvimento das grandes cidades enfrenta sérios problemas de coordenação entre as diferentes entidades territoriais que têm responsabilidades sobre esse território. A privatização de alguns serviços complica, ainda mais, o esforço de coordenação.
- vi. A massificação do uso do automóvel, associado ao desenvolvimento da produção em massa e à expansão económica determinada pela reconstrução do pós-guerra, foram determinantes para a generalização do consumo. Esta situação contribuiu

para o crescente aumento de veículos na cidade, desencadeando o surgimento de problemas ambientais (poluição atmosférica e sonora).

- vii. O rápido crescimento das cidades em países menos desenvolvidos, e a sua expansão para a periferia, gera problemas que advêm da fraca cobertura das infra-estruturas básicas a todo território, contribuindo para que o edificado existente possua más condições de habitabilidade, as acessibilidades sejam dificultadas, exista uma carência de equipamentos e estruturas funcionais e o ordenamento dessas áreas seja tardio ou inexistente.
- viii. A falta de controlo e fiscalização do uso do solo nos países menos desenvolvidos é o pano de fundo em que ocorrem ocupações e construções ilegais, em áreas consideradas de risco, sujeitas a situações de calamidade a qualquer momento.
- ix. Os impactos provocados por alterações de natureza funcional, permanecendo edifícios e infra-estruturas obsoletas e vazios urbanos, que não correspondem às necessidades da população, e conferindo à paisagem urbana uma imagem de abandono e de degradação.
- x. A segregação espacial e estigmas relativamente a áreas da cidade que ficaram "vazias" (despovoadas), e que passaram a ser habitadas por sectores marginais e mais carenciados da população (*Slums*⁸).

⁸ Designação usada para descrever um determinado tipo de construção e a condição física, moral ou social, de um certo sector da população.

O modelo económico capitalista implementado no início do séc. XX e permanecendo, ainda, em algumas sociedades do ocidente, é suportado pelos seguintes pressupostos-base: garantir uma relação directa entre consumo e acumulação e suscitar uma correspondência entre a transformação das condições de produção e as condições de reprodução, asseguradas por parte dos assalariados ("regime de acumulação"). Segundo David Harvey (1994: pg 115) um sistema particular de acumulação pode existir porque "o seu esquema de reprodução é coerente". Neste sentido, o ponto essencial da questão é fazer com que as funções desempenhadas por todos os indivíduos envolvidos no processo de produção contribuam para que o regime de acumulação funcione. A materialização deste regime torna possível a implementação de normas, leis e medidas regulamentares possibilitando a unidade/coesão do processo, dando consistência a todas as atitudes (comportamentos) individuais e ao esquema de reprodução desenvolvido. Conforme referido por este autor, o conjunto de regras e processos sociais inerentes a todo o processo é designado por "modo de representação".

Um sistema económico capitalista para se manter forte e vigoroso, durante um largo período, necessita de ter presente as características do mercado e a capacidade deste em fixar os preços, bem como a precisão em controlar o emprego da força de trabalho possibilitando, deste modo, o aumento do valor da produção, como forma de se obter lucros positivos. Relativamente ao mercado de fixação (primeiro factor) é fundamental que os produtores coordenem o sistema de produção em função das necessidades e vontades do consumidor. A intervenção do Estado (variando em função do nível de desenvolvimento do país) afecta de modo vital a dinâmica do capitalismo, sendo fulcral nas situações em que se registem falhas do mercado, no controlo abusivo do mercado (monopólio), bem como no fornecimento de bens e serviços de natureza pública, que não sejam produzidos e vendidos pelo mercado.

Os princípios do sistema capitalista apresentados por F.W. Taylor "*Os Princípios da Administração Científica*" (1911), descreviam o sistema como resultante da produtividade do trabalho, cujo aumento poderia ser processado através da organização de tarefas, onde cada indivíduo desempenha uma função específica, obedecendo a padrões rigorosos de tempo e de movimento.

O que distinguiu o Fordismo do Taylorismo (resultante da implementação de uma linha automática de montagem de carros, concretizada por Henry Ford, em 1914) era o reconhecimento de que a produção em massa significava consumo em massa, implicando um novo sistema de reprodução da força do trabalho, uma nova política de controlo e de gestão do trabalho. Segundo Harvey este sistema produtivo suscitava o surgimento de um novo tipo de sociedade, democrática, racionalizada, modernista e populista, devendo ser encarado como um modo de vida. Não obstante, a rotinização e a inexpressividade do sistema produtivo dificilmente foi ultrapassada pelos assalariados, apesar da repressão imposta pelas organizações sindicais e Estado, permutando ganhos salariais a troco da cooperação disciplinar dos trabalhadores. A utilização do poder corporativo para o crescimento sustentado do investimento, de forma a conseguir um aumento da produtividade e, consequentemente, o crescimento da economia é a prática comum deste sistema económico.

No espaço temporal compreendido entre 1965-1973, tornou-se evidente a incapacidade do fordismo em conter as contradições inerentes ao capitalismo. O aumento da competição internacional fruto da intensificação da produção em países com mão-de-obra abundante e barata, contribuiu, consequentemente, para expor nos mercados mundiais um grande excedente de produção. Este factor associado ao choque petrolífero, resultante da decisão da OPEP em aumentar o preço do petróleo e ao embargo criado às exportações para ocidente durante a guerra árabe-israelense (1973) causou, a nível mundial, períodos conturbados económica e socialmente (anos 70 e 80), dando espaço a novas experiências na área da organização industrial, social e política.

"A crise do fordismo pode ser interpretada até certo ponto como o esgotamento das opções para lidar com o problema da super acumulação" (David Harvey, 1994; pg 174). Segundo este autor, a passagem de um regime de acumulação associado a um sistema de regulamentação político e social bem distinto, marcado pelo confronto com a rigidez do fordismo, é designado por sistema de "acumulação flexível", sendo característico deste uma maior flexibilização do trabalho e da produção e a definição de novos padrões de consumo. O acesso à informação e ao conhecimento científico/tecnológico passa a ser encarado como factor-chave para o incremento de um sistema económico compatível com as mudanças de atitude, de interesses e de gostos. O papel coordenador do sistema financeiro (através de políticas fiscais e monetárias) passa a ser crucial, na medida em permite antecipar e/ou resolver crises económicas.

A saturação dos modelos e modos de vida urbanos resumindo-se, fundamentalmente, à deterioração crescente da qualidade ambiental na maioria das cidades, leva a que parte da sua população procure novas áreas na periferia contribuindo, consequentemente, para o despovoamento dos seus centros.

À criação de novas centralidades, consequência da atracção exercida pela qualidade oferecida por um determinado local, crescem as diferenças de distribuição da população durante o dia e a noite, nos períodos de trabalho e tempo livre (fins-de-semana e férias), originando movimentos pendulares permanentes, de amplitude e período variáveis, que têm como consequência uma maior integração do território, através da densificação de uma rede de fluxos de pessoas, mercadorias e veículos. Ao mesmo tempo, registam-se alterações importantes na localização das actividades económicas, à escala nacional e ao nível interurbano, configurando novas formas de urbanismo comercial, industrial e residencial.

Alguns dos modelos de desenvolvimento e crescimento urbano implementados na Europa, nestas últimas décadas, têm vindo a revelar-se incapazes e inoperantes na resolução dos problemas e efeitos nefastos desencadeados pelo crescimento das cidades – poluição, infra-estruturas decadentes que exacerbam as tensões socio-económicas e criam condições para a classe média abandonar o centro da cidade e procurar lugares melhores para viver; custo do tempo gasto em transportes superlotados, roubado ao trabalho, descanso e convivência; custo neurológico do ruído, do congestionamento e da fadiga resultante da confusão do ambiente; custo dos comportamentos psico-patológicos, resultantes da falta de segurança e apoio à população de uma cidade anónima, e custo relacionado com as implicações do isolamento e depressão social dos subúrbios-dormitório, agravadas pela ausência ou quase ausência de equipamentos e outros serviços de apoio. Desta situação ressalta que os esforços e os mecanismos de planeamento urbano implementados não definiram padrões sustentáveis de desenvolvimento que permitissem dignificar e qualificar convenientemente a vivência urbana.

A consciencialização dos problemas existentes no espaço urbano, consequência nefasta dum desenvolvimento e crescimento pouco planeado e controlado, levou ao recente aparecimento de novos paradigmas de actuação, materializando-se em novos modos de concepção e intervenção no espaço urbano. Neste contexto, a concepção estratégica de desenvolvimento defendida pelo "Novo Urbanismo" (ver Capítulo I. A), efectuada com base na identificação das potencialidades e estrangulamentos existentes nos espaços urbanos a

partir dos quais é possível fundamentar e concretizar as soluções mais adequadas para toda a sociedade civil, poderá ser encarado como uma forma de se alcançar um desenvolvimento e crescimento urbano mais sustentável e equilibrado. Permitindo igualmente, deste modo, gerar e reforçar sociabilidades de proximidade e humanizar a cidade.

Segundo Andrés Ledo (1996), os actuais paradigmas urbanos pretendem a concretização dos seguintes aspectos:

- i. **Condições de Vida** - satisfazer as necessidades básicas da população /famílias em termos de emprego, habitação e educação.
- ii. **Gestão de Recursos** - dotar o ambiente de qualidade e boa racionalidade dos recursos naturais.
- iii. **Gestão da Mobilidade** - reduzir os movimentos pendulares diários, privilegiando a mobilidade e acessibilidade geográficas.
- iv. **Sociabilidade de Proximidade** - recuperar alguns elementos fundamentais do espaço social de relação e convívio, como a "rua" e a "praça".
- v. **Globalização da Economia** – promover uma economia diversificada, dinâmica e inovadora, direccionada para um novo modelo de mercado.
- vi. **Economia Participativa** - incentivar um novo modelo de economia social e participativa, recorrendo, para o efeito, à dinamização de iniciativas individuais e de grupo.
- vii. **Factores Culturais e Históricos** - facilitar o acesso das pessoas a experiências culturais e tecnológicas inovadoras fortalecendo, igualmente, as características culturais e históricas existentes.
- viii. **Imagem da Cidade** - garantir que as novas edificações coabitem harmoniosamente com o tecido patrimonial (histórico e cultural) antigo e recuperado, valorizando o pormenor urbano e a imagem da cidade e contribuindo, igualmente, para o reconhecimento territorial e social dos espaços urbanos.